

Formação continuada dos profissionais do ensino: a experiência do Instituto de Educadores de Belém – 1993 a 1996

Tânia Regina Lobato dos Santos

Introdução

A finalidade de qualquer ação educativa deve ser a produção de conhecimento que aumenta a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos.

Paulo Freire

Esta pesquisa analisa a prática de formação continuada dos educadores da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC desenvolvida pelo Instituto de Educadores de Belém - ISEBE¹. A proposta do ISEBE relaciona-se à melhoria da qualidade da formação de educadores e à superação do alto índice de fracasso escolar. Necessidade que se impõe em face do quadro de insucesso² que gerou as bases para a implantação do programa de Formação de Educadores na Rede Municipal de Ensino, em Belém.

A pesquisa tem como objetivos principais: verificar, por meio dos depoimentos de professores, se as ações desenvolvidas

1 Responsável pela política de formação de educadores da SEMEC-Belém /Pará, de 1993/1996.

2 No Pará no período estudado a taxa de evasão era de 15%, e a de repetência era de 25,35% - Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1993. A Pesquisa Domiciliar/94-SEMEC detecta que 5.417 crianças e adolescentes matriculados na faixa etária de 7 a 14 anos, 2,7% abandonaram a escola. Em 1995 na SEMEC-Belém pesquisa de rendimento através da metodologia do SAEB - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico, constata que das quarenta e nove (49) escolas, trinta e sete (37) tem rendimento de 34,98%, aproveitamento considerado insatisfatório, oito (08) com rendimento acima de 50%, uma (01) com 60%, oito (8) com 40% e três (3) com 20%.

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

pelo projeto de Formação Permanente de Professores do Instituto de Educadores de Belém, no período de 1993 a 1996 possibilitou modificação na prática pedagógica dos docentes, no que se refere à autonomia, criticidade, criatividade e à prática pedagógica *construtiva* e à identificação se a experiência do ISEBE caracteriza-se como formação continuada.

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso¹ baseada em uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa, na medida em que toma experiência do ISEBE como objeto de análise, partindo-se de uma *problemática concreta*, de busca de uma *teorização sobre a prática*, para que esta teorização constitua-se em *guia de uma ação transformadora* (Jara, 1985).

Sendo assim, o *locus* essencial, mas não o único desse processo, é a escola como ponto de partida da reflexão sobre a *práxis* profissional dos educadores como sujeitos desse processo educativo de formação.

Diante dessa concepção de formação do educador é que levantamos como problemática de investigação a seguinte pergunta: a experiência de formação continuada de professores do Instituto de Educadores de Belém propiciou modificação na prática pedagógica dos docentes nos aspectos anunciados pela proposta da Secretaria Municipal de Educação?

A investigação foi realizada em quatro escolas, situadas em bairros periféricos da cidade de Belém, que oferecem a Educação Infantil (5 a 6 anos), a Educação Fundamental (7 a 14 anos) e a Educação de Jovens e Adultos (14 anos em diante). O estudo centrou-se nas atividades de formação dos professores de Educação Infantil e Educação Fundamental.

As escolas foram escolhidas levando-se em conta os seguintes critérios: índice de aproveitamento escolar (uma escola com maior e outra com menor); a localização da escola em bairro da periferia; as condições semelhantes de infra-estrutura e o fato dos professores terem

participado das atividades de formação continuada desenvolvidas pelo ISEBE e terem permanecido na escola no período analisado.

O estudo restringe-se à professores e técnicos (Diretores, Supervisores e Orientadores Educacionais) das escolas pesquisadas, à educadores-formadores¹ do ISEBE que acompanharam a trajetória do processo de formação no período de 1993 a 1996, e à gestores da proposta (Secretária de Educação e Diretora do Instituto). A visão desses profissionais sobre a experiência do ISEBE constitui-se o objeto central da pesquisa.

Como procedimentos metodológicos foram realizados: o levantamento bibliográfico a partir de obras de autores que tratam sobre a temática de formação; a produção teórica e o debate sobre a formação de educadores realizado na década de 90, pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação - ANPED e pelo Congresso Estadual Paulista de Formação do Educador - CEPFE; a análise dos documentos produzidos no período pela SEMEC/ISEBE e as entrevistas com professores, técnicos e gestores.

As questões das entrevistas, no total de trinta e cinco (35), estão relacionadas à participação dos professores nas atividades de formação, à contribuição dessa atividade para a formação dos professores e sua prática pedagógica, aos resultados desse trabalho para escola e as dificuldades de operacionalização. Algumas situações foram evidenciadas nas entrevistas, tais como: a desvalorização da profissão e a falta de tempo para se dedicarem ao estudo e ao preparo teórico.

A prática pedagógica do ISEBE tem especial significado porque participamos do processo de constituição desse Instituto, no período de 1993 a 1995, como membro da equipe de educadores-formadores, sendo possível vivenciar os limites e possibilidades de intervenção desse trabalho na realidade educacional de Belém na perspectiva de transformá-la.

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

¹ Educadores responsáveis pela implantação e implementação da formação de educadores com condições de elaboração própria e conhecimento teórico para ministrar os cursos e oficinas.

A pesquisa assume caráter relevante para a realidade educacional do município, porque possibilita que a Secretaria Municipal de Educação reveja seus objetivos, caminhos e trajetórias como pelo valor histórico da proposta, por ter sido interrompida com a mudança do governo municipal em 1997. E ainda, pelo caráter científico dos resultados da investigação e a contribuição para a discussão sobre as práticas pedagógicas de formação continuada de educadores.

1.1 - A proposta de formação de educadores

A prática pedagógica ensejada e buscada pelo ISEBE tomava como princípio uma concepção teórica na qual a construção da autonomia, o diálogo, a curiosidade eram aspectos fundamentais para a construção do conhecimento e a elaboração própria dos professores, tendo a pesquisa da própria prática como princípio.

A formação de educadores foi definida com o pressuposto básico que:

a proposta de capacitação do ISEBE envolve, portanto, o corpo técnico, administrativo e docente da SEMEC tendo como programas prioritários: fundamentação teórico-prática visando à implantação, nas escolas, de didáticas construtivas, a elaboração de projeto pedagógico próprio, à criação e manutenção de ambientes para a instrumentação eletrônica; à atualização constante, para a socialização de conteúdos e técnicas, por meio de cursos e outras atividades; e à aquisição de acervo bibliográfico, com títulos especializados (BELÉM, 1993c:73).

Até 1992, na Rede Municipal de Educação, cursos para formação de educadores eram oferecidos sem continuidade e com carga horária reduzida. Não havia acompanhamento sistemático e permanente que possibilitasse avaliação das ações dos docentes após a participação nesses cursos, que ocorriam quase sempre fora do espaço de trabalho do professor e que não envolviam a reflexão sobre a prática pedagógica.

Na tentativa de superar o evidenciado acima, a proposta político-pedagógica do ISEBE propõe ações sistemáticas de longa duração. Objetivava-se, portanto, transformar a prática do educador, da perspectiva de *repassador de conhecimento para a de construtor de conhecimento*, ou seja, investir na formação de um educador pesquisador.

Convém ressaltar que, mesmo o Instituto tendo a preocupação em romper com práticas de cursos dissociados da prática pedagógica do educador com a característica de treinamento, não havia ainda uma concepção clara sobre a formação de educadores. Ora os documentos mencionam a formação permanente, ora capacitação, ora aperfeiçoamento docente ou em serviço, sem a preocupação em definir mais explicitamente essas concepções de formação de educadores.

Assim, como no âmbito nacional, procurou-se na SEMEC repensar a concepção de formação continuada e romper com a visão de *capacitação* do educador como treinamento em métodos e técnicas para o trabalho em sala de aula. Os princípios, que direcionaram a construção da proposta de formação evidenciavam que:

o processo de formação dos educadores é visto como contínuo; por isso, permanente, que fundamentado em teorias educacionais construtivas forneçam mudanças de postura no fazer educativo e na gestão da escola pública (BELÉM, 1993b:8).

O programa de formação continuada desenvolvida pelo ISEBE era amplo e buscava levar em conta as dimensões históricas e políticas da escola e as necessidades de formação dos professores. Porém, contraditoriamente, o programa de formação de educadores não foi fruto de amplas discussões com os professores, tendo sido construído pela equipe de educadores-formadores do ISEBE, que definiu as diretrizes do programa de formação a partir da necessidade de implantação da proposta curricular em Ciclos Básicos desenvolvida pela SEMEC.

O Programa de Formação encaminhado pelo ISEBE foi construído tendo como principal ação o Curso de Fundamentação Teórico-Prática e ou Curso de 360 horas, que se distribuía em cinco etapas alternadas denominadas de Fundamentação Teórico-Prática¹ e Prática Assistida², destinadas aos professores (Educação Infantil e Educação Fundamental) e técnicos (orientador, supervisor, diretor e administrador escolar) da Rede Municipal de Educação, e ainda de oficinas de cursos de curta duração de reuniões de orientação, acompanhamento e de avaliação.

Apesar do esforço empreendido, o fluxo dos profissionais da rede no Curso de Formação de 360 horas, conforme o Relatório do ISEBE (Belém,1997:13), pode ser considerado preocupante. O número de educadores que não concluíram o Curso de 360 horas é bastante significativo em relação aos que iniciaram. Isso nos leva a pensar que no decorrer do curso houve uma crescente evasão dos profissionais motivada por fatores diversos, tais como: horas excessivas de trabalho, falta de acompanhamento mais sistemático pelos educadores formadores, trabalho teórico a ser apresentado no final do curso e o descrédito em decorrência da descontinuidade das políticas públicas no município.

2 – Algumas Considerações

Na década de 90 as discussões referentes à formação dos educadores vêm se intensificando e, de forma crescente, o conhecimento através de pesquisas produzidas e reflexões dos educadores na área, tem sido consolidadas e divulgadas. Ao mesmo tempo,

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

- 1 Constituída de duas etapas (I e IV Etapas) de fundamentação teórico-prática, de caráter propedêutico, realizada fora da escola com carga horária de 60h, e de uma etapa (V Etapa) de produção e socialização com carga horária de 60h que culminava o curso de 360h através de um trabalho teórico de elaboração e construção do projeto pedagógico próprio, e ao final eram socializados os Projetos Pedagógicos desenvolvidos pelos professores.
- 2 Constituída de duas etapas (II e IV Etapas de Prática Assistida) de teorização da prática dedicadas à reflexão da práxis do professor na escola com seus parceiros, através de Encontros Semanais (4h) Encontros Bimestrais (4h) e Estudos Complementares (12h).

são divulgadas as experiências e as reformulações por que passam os cursos de formação de educadores, numa tentativa de produzir uma nova lógica nos cursos de formação, diferente das até então vivenciadas nas Escolas Normais e nas Universidades.

Apesar de não considerada na proposta de formação de educadores encaminhada pelo ISEBE, a preocupação com a relação entre a educação inicial e a continuada é presente em eventos como os citados, principalmente na década de 90.

A produção teórica desses dois eventos mostra que em uma formação de educadores numa perspectiva mais crítica, os educadores não podem ficar alheios às transformações que ocorrem na sociedade. Para aproximar-se dessas transformações e superar as dificuldades que a escola enfrenta hoje com questões de toda ordem (econômica, política, social) ligadas ao acesso e a permanência das crianças e adolescentes faz-se necessário destacar a importância da presença da pesquisa como princípio metodológico na formação do educador.

A experiência de trabalho do ISEBE voltou-se nessa direção, cujos princípios básicos pautaram-se na pesquisa como instrumento da prática pedagógica do educador e na possibilidade deste tornar-se o investigador e transformador de sua própria prática.

Outra discussão presente na produção teórica dos dois eventos relaciona-se à participação política do educador de forma direta em projetos dentro e fora da comunidade escolar. E destacam ainda, que a formação dos educadores deve ter preocupação com as classes populares privadas do direito e acesso à educação, permitindo, assim, uma visão contextual dos fatores que levam à opressão e à exclusão.

Apesar de terem sido instituídos pela SEMEC-ISEBE mecanismos de participação democrática na escola (conselho escolar, eleição para diretor), essa experiência não chegou a se consolidar na rede atribuída a pouca participação política dos diversos seguimentos na escola.

A formação do educador na perspectiva da SEMEC-ISEBE era crítica, visando possibilitar ao professor o desenvolvimento de meios capazes de refletirem sobre o cotidiano e estabelecerem relações entre o conhecimento cultural dos alunos e o conhecimento escolar e a prática pedagógica desenvolvida. Porém, percebemos que essa diretriz não se processou efetivamente principalmente por não terem sido assegurados ao professor da Rede Municipal maior participação na construção/planejamento da proposta pedagógica de formação. Existiu, assim, uma contradição entre o pretendido e o realizado.

Nas produções dos autores analisados da década de 90 da ANPED e CEPFE, é presente a necessidade dos professores serem profissionais reflexivos, que pensem sobre a sua ação de forma crítica e aprimorem sua prática pedagógica de maneira comprometida e autônoma.

Essa perspectiva crítica de pensar a formação de educadores encontra-se presente tanto na proposta da SEMEC-ISEBE quanto nos debates atuais relativos à formação continuada de educadores, evidenciando que a proposta em análise, mesmo com os equívocos na implementação, é atual e busca atender às demandas hoje em discussão acerca dessa formação.

Considerações Finais

O ISEBE teve dificuldades em implementar a *prática construtiva* no cotidiano escolar, principalmente pela presença no imaginário do professor da concepção tradicional de educação, construída ao longo de sua formação que se constituiu em fator determinante de aceitação ou rejeição da proposta de formação de professores.

Ao se apresentar uma nova proposta que buscava a *autonomia* no trabalho docente, rompendo com o modelo de educação historicamente instituído, as contradições presentes na sua prática (concepção de mundo, valores, condições salariais, acúmulo de carga horária) tornam-se elementos concretos de dificuldades para mudança de sua prática.

Apesar das posições diversas e contraditórias entre os depoimentos dos técnicos das escolas, docentes e educadores-formadores quanto a mudança da prática pedagógica dos educadores, podemos perceber que mudanças ocorrem tanto no âmbito individual, como no âmbito global da Secretaria.

No âmbito individual, consideramos que o educador da SEMEC, mesmo diante de todas as resistências e rejeições, se inquietou, e houve um esforço em rever as crenças e os valores, a reflexão coletiva com os parceiros na escola, o repensar de uma prática pedagógica tradicional para outra mais crítica e criativa e principalmente a relação com os alunos.

Observamos que, no âmbito da Secretaria, houve significativas alterações se considerarmos que esta encontra-se profundamente arraigada a uma concepção tradicional de educação e de formação de educadores, o que exigiu dos gestores, técnicos e educadores-formadores uma postura de enfrentamento diante da ação de formação e de ação existente nas escolas.

Verificamos que é importante que o docente tenha acesso a novas experiências voltadas para formação de educadores, que possibilitem seu avanço de conhecimento na área e a sua compreensão do que seja formar e formar-se como educador. Essa formação deve trabalhar o conhecimento através da pesquisa, como também deve desenvolver-se por meio da pesquisa de sua própria prática. Algumas dessas experiências, inclusive a do ISEBE, vêm apontando a importância da pesquisa *da* e *na* prática do educador.

A análise da experiência da SEMEC - ISEBE nos aponta a necessidade de um processo de participação democrática dos educadores na concepção, gestão e operacionalização dos processos de formação de educadores que continuam sendo desenvolvidos sem considerar o principal agente, que é o educador.

Assim o trabalho desenvolvido pelo ISEBE constituiu-se como uma experiência que busca mudanças da prática pedagógica na escola.

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

Apesar das dificuldades presentes no processo (fatores econômicos, políticos e sociais) observa-se a importância da reflexão para abrir a perspectivas para novas experiências e para o repensar da concepção tradicional de educação e formação de educadores.

Este estudo possibilita uma reflexão sobre a prática pessoal de formação e de educadora-formadora e vislumbrou, ainda, possibilidades de transformação, na prática pedagógica dos educadores, e nas políticas públicas da área de educação.

A experiência da SEMEC-ISEBE demonstrou que as mudanças educacionais requerem uma decisão política por parte das administrações públicas. Entretanto, é necessário estarmos atentos aos processos de descontinuidade das ações governamentais.

No caso do ISEBE, esse processo de mudança foi iniciado e tenderia a superar as dificuldades vivenciadas no processo de sua implantação. Porém, a descontinuidade nas políticas públicas tende a estabelecer uma ruptura no processo. Com isso, as possibilidades de que novas práticas de formação continuada sejam consolidadas nas redes públicas são limitadas na medida que a ruptura obstaculiza o processo de construção de experiências que requerem tempo para se consolidarem.

No processo de mudança administrativa da SEMEC, o ISEBE, enquanto instância formadora da estrutura organizacional, foi extinto, o que interferiu significativamente nas ações de formação de educadores, que vinham sendo desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino. Porém, é necessária que a formação continuada seja uma realidade nas escolas, possibilitando aos educadores o repensar de sua prática pedagógica para que se percebam nesse contexto como sujeitos construtores de um saber histórico, por isso político, tendo a transformação do espaço escolar como princípio, rompendo, assim, com práticas tradicionais de educação e formação de professores.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília. 1993.
- BELÉM, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Curso de fundamentação teórico-prática 360 horas**. Belém: SEMEC/ PMB, 1993a.
- BELÉM, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto de formação permanente dos educadores da rede municipal de Belém 1993 a 1996**. SEMEC: Belém/PMB, 1993b.
- BELÉM, Secretaria Municipal de Educação. **Caminhos da Educação**. Cadernos SEMEC. Belém: SEMEC / PMB, 1993c.
- BELÉM, Secretaria Municipal de Educação. **Caminhos da Educação**. Cadernos SEMEC. Belém: SEMEC / PMB, 1994a.
- BELÉM, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Pesquisa domiciliar educacional** (por amostragem). Belém: SEMEC/ PMB, 1994b.
- BELÉM, Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de pesquisa de rendimento escolar**. Belém: SEMEC/PMB, 1995.
- BELÉM, Secretaria Municipal de Educação. **Caminhos da Educação**. Cadernos SEMEC. Belém: SEMEC / PMB, 1996a.
- BELÉM, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Formação permanente dos profissionais de educação do município de Belém**. Projeto Pedagógico do ISEBE. Belém: SEMEC/PMB, 1996b.
- BELÉM, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de atividades do Instituto de Educadores de Belém**. Belém: SEMEC/ PMB, 1997.
- EZPELETA, Justa & ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1989.
- JARA, Oscar. **Concepção dialética da educação popular**. CEPIS: São Paulo (mimeo), 1985.

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006